

INTRODUÇÃO

Há pouco mais de dois anos, quando analisávamos os resultados do exercício financeiro das administrações diretas municipais de 2000, nos deparamos com dados bastante positivos, sobretudo quando comparados com uma série histórica de oito anos.

Graças à redução de despesas, particularmente aquelas relacionadas com pessoal e com a dívida pública, o número de municípios deficitários tinha declinado para 26,3%, diante de um percentual de 66,3% verificado em 1998, resultado mais favorável do que a média nacional (41,5%) e do Nordeste (36,4%). Entretanto, tendo como base os resultados auferidos pelas Administrações Diretas Municipais nos exercícios de 2001 e 2002, podemos afirmar que houve um retrocesso no quadro das finanças municipais, decorrente do mau desempenho das receitas e do aumento das despesas de pessoal, ocasionando o crescimento de mais de 100% dos municípios em situação de déficit financeiro. Com isso, o número de municípios deficitários passou de 109 municípios em 2000 para 234 municípios em 2002.

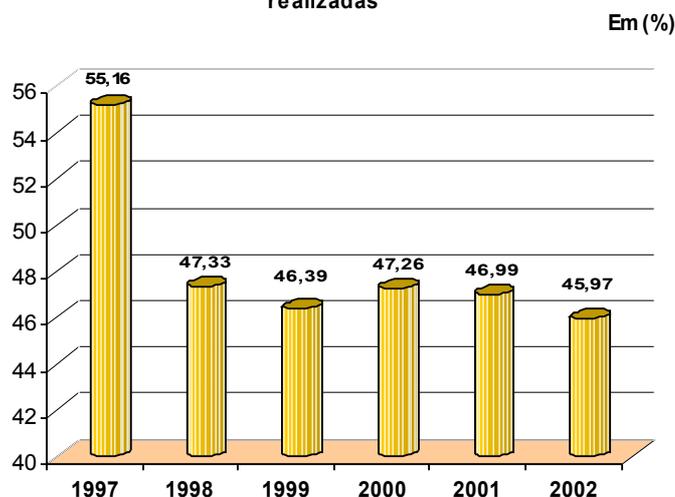
Ao analisar os dados relativos às receitas, destaca-se o fato de que nos exercícios de 2001 e 2002, o incremento das receitas realizadas das administrações municipais se situou na faixa de 5,24% e 1,65%, respectivamente, percentuais bem abaixo dos índices oficiais de inflação. No que se refere ao exercício de 2001, tal resultado deve-se ao pífio desempenho da arrecadação das receitas próprias — que aumentou apenas 2,12% — ao passo que em 2002, o segundo pior resultado — melhor apenas que em 1999 (1,57%) — do conjunto dos municípios nos últimos dez anos, a causa recaiu sobre as receitas de transferência, cujo aumento foi da ordem de 0,55%, refletindo praticamente uma estagnação em relação ao exercício anterior.

A análise dessa realidade nos faz acreditar que a superação das dificuldades pelas quais atravessam os municípios baianos, quadro muito semelhante à maioria dos municípios brasileiros, só será possível com a introdução de medidas diversas que combatam as várias causas responsáveis pelo atraso ainda predominante nas administrações municipais, particularmente a má qualidade dos gastos governamentais e a corrupção que tem desviado consideráveis soma de recursos públicos.

PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS BAIANOS NO TOTAL DAS RECEITAS REALIZADAS

Mensurado a partir da análise dos trinta municípios que apresentaram as maiores receitas realizadas no Estado da Bahia, o percentual de participação desse conjunto de municípios nas receitas totais tem revelado uma substancial concentração dos recursos ao longo dos anos.

Gráfico 01 - Os 30 municípios com a maior participação nas receitas realizadas



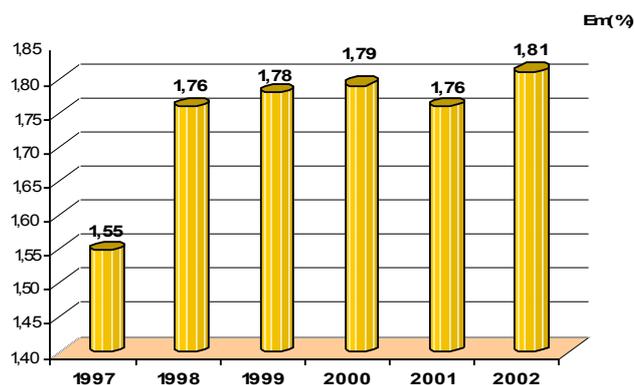
Fonte: MINFAZ/ STN e TCM-BA
Elaboração: SEI

Conforme demonstra o gráfico 01, a partir do exercício financeiro de 1998 inaugurou-se um processo de declínio do nível de concentração dessas receitas, oportunidade em que a participação dos trinta municípios recuou para 47,33%, frente aos 55,16% de 1997, diferença de quase oito pontos percentuais.

Embora o comportamento desses índices, nos exercícios subsequentes, não tenha apresentado declínios na mesma grandeza, observa-se, desde aquele ano, uma redução gradativa do percentual em quase todos os exercícios fiscais, até o ano de 2002, quando atingiu a marca de 45,97%.

Se comparados com o total dos trinta municípios que tem apresentado, nesses anos, os menores percentuais de participação, a diferença vem caindo lenta e constantemente, como se comprova no gráfico 02.

Gráfico 02 - Os 30 municípios com a menor participação no Total das receitas realizadas



Fonte: MINFAZ/STNeTCM-BA
Elaboração: SEI

A diminuição da concentração das receitas exibidas acima, pode ser explicada tanto pela redução da participação dos trinta maiores municípios nas receitas de transferência, quanto nas receitas próprias (Tabela 01).

Tabela 01 - Os 30 municípios com maior e menor participação no Total das Receitas de Transferência e Próprias

1997 - 2002		Em (%)		
ANO	30 maiores		30 menores	
	Receita Própria	Receita Transferência	Receita Própria	Receita Transferência
1997	84,58	47,25	0,13	1,85
1998	74,69	40,31	0,16	2,02
1999	79,65	39,54	0,16	2,04
2000	79,67	41,55	0,16	1,97
2001	82,84	40,67	0,17	1,98
2002	82,14	39,26	0,14	2,08

Fonte: MINFAZ / STN eTCM
Elaboração: SEI

As receitas de transferência caíram, nesses seis anos sob análise, de 47,25% para 39,26%, enquanto os trinta municípios de menor participação evoluíram de 1,85% para 2,08%. No que tange às receitas próprias, o percentual recuou de 84,58% para 82,14%, ao passo que no total dos trinta menores municípios, verificou-se ligeiro avanço de 0,13% para 0,14%.

Vale destacar que as perdas no campo das receitas próprias deveram-se basicamente à perda de participação no *Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza*, o ISS, já que a

participação do *IPTU* permaneceu praticamente inalterada, com o recuo de apenas um ponto percentual.

Ainda no universo dos trinta municípios sob análise, foram observados, em alguns deles, aumentos e decréscimos de participação em suas receitas que, por serem expressivos, estão destacados no quadro 01.

Quadro 01 - Municípios baianos que apresentaram oscilações marcantes em sua participação relativa de suas Receitas Realizadas, de Transferências e Próprias

1997/2000/2002

Em (%)

Municípios	Participação				Variação da participação				Participação				Variação da participação			
	1997	2000	2002	2002 / 1997	1997	2000	2002	2002 / 1997	1997	2000	2002	2002 / 1997	1997	2000	2002	2002 / 1997
	RECEITA REALIZADA				RECEITA PRÓPRIA				RECEITA DE TRANSFERÊNCIA							
Teixeira de Freitas	0,39	0,65	0,69	76,92	0,41	0,65	0,49	20,72	0,40	0,39	0,73	83,02				
Porto Seguro	0,50	0,91	0,75	50,00	0,94	0,97	0,74	-20,86	0,40	0,90	0,76	88,93				
Jequié	0,77	1,00	1,11	44,15	0,37	0,59	1,61	335,87	0,88	1,08	1,01	14,66				
Vitória da Conquista	1,26	1,80	1,72	36,51	1,30	1,68	4,71	262,07	1,27	1,81	1,13	-11,28				
São Francisco do Conde	2,46	1,24	1,58	-35,77	0,88	1,13	2,31	162,72	2,90	1,27	1,44	-50,49				
Salvador	24,01	18,67	16,96	-29,36	54,93	49,11	43,74	-20,37	14,80	12,87	11,56	-21,91				
Camaçari	5,41	4,60	3,96	-26,80	6,09	4,66	5,09	-16,50	5,37	4,57	3,74	-30,41				
Simões Filho	1,46	1,11	1,14	-21,92	0,81	0,81	1,12	38,05	1,65	1,16	1,14	-30,65				
Itabuna	1,99	1,34	1,67	-16,08	3,42	0,87	1,42	-58,58	1,68	1,43	1,72	2,44				

Fonte: MINFAZ / STN e TCM

Elaboração: SEI

Com a exceção de Porto Seguro, que perdeu participação nas receitas próprias com uma variação negativa de 20,86%, e Vitória da Conquista, que reduziu a sua participação nas receitas de transferências em 11,28%, nos demais municípios em que ocorreu elevação em sua participação relativa das receitas totais, observou-se elevação tanto de suas receitas próprias quanto das de transferência, ao passo que aqueles que amargaram perdas relativas de participação tiveram em comum redução na participação das receitas de transferência — a exceção de Itabuna que se manteve nos mesmos níveis — e situações diferenciadas no campo das receitas próprias.

Embora não apresente o índice de variação da participação na receita total mais elevado do período, o município de Jequié destacou-se entre aqueles que exibiram bom desempenho tributário no período 1997-2002. Tal êxito é demonstrado pela variação positiva de sua participação relativa em 335,87%. Já em relação ao peso relativo nas receitas de transferência a variação positiva foi de 14,66% no período examinado.

Nos demais municípios, esse movimento ocorreu conforme o detalhamento a seguir:

Teixeira de Freitas – variação positiva de 20,72% do peso relativo nas receitas próprias e de 83,02% nas receitas transferência;

Porto Seguro – redução na participação relativa das receitas próprias em 20,76% e de variação positiva de 88,93% no peso relativo das receitas de transferência;

Vitória da Conquista – variação positiva de 262,07% na participação relativa das receitas próprias e uma redução de 11,28% no peso relativo das receitas de transferência.

No que concerne aos municípios que tiveram queda de participação relativa nos recursos tributários, o quadro é o seguinte:

São Francisco do Conde – não obstante o empenho em gerar receitas próprias ter-lhe rendido bom resultado (variação da participação relativa em 162,72%), o município de São Francisco do Conde registrou uma redução no peso relativo das receitas de transferência bem expressiva, no período, com variação negativa de 50,49%.

Salvador – A capital do Estado vem perdendo participação relativa nas receitas realizadas dos municípios baianos desde 1997, quando chegou a ser contemplada com cerca de 24,00% desses recursos, caindo essa proporção para 18,67% no ano de 2000 e atingindo a marca de 16,96% em 2002. Tal comportamento ocorreu devido ao fraco resultado verificado em suas receitas próprias (declínio na sua participação relativa de 54,93% em 1997 para 43,74% em 2002), bem como em suas receitas de transferência, (declínio na sua participação relativa de 14,80% para 11,56% em igual período). No que tange às receitas próprias, vale assinalar que Salvador, desde 1998, tem perdido, em quase todos os anos, receitas provenientes do Imposto Predial e Territorial Urbano — IPTU (75,95% em 1998, 73,53% em 1999, 70,82% em 2001 e 68,31% em 2002).

Camaçari – a queda da participação de Camaçari no total de receitas próprias foi da ordem de 16,50%, embora sua perda mais expressiva tenha sido registrada no âmbito das receitas de transferência, com recuo de 30,41%.

Simões Filho – apesar de ter obtido um incremento na participação relativa de 0,81% para 1,12% nas receitas próprias (variação positiva de 38,05%), o município sofreu perda relativa de 1,65% para 1,14% nas receitas de transferências (variação negativa de 30,65%).

Itabuna – comparativamente a 1997, no ano de 2002 o município de Itabuna perdeu o equivalente a 58,58% de sua participação nas receitas próprias, permanecendo quase inalterada a posição de suas receitas de transferência.

PARTICIPAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR NO TOTAL DAS RECEITAS REALIZADAS

Os dez municípios que integram a Região Metropolitana de Salvador (RMS), que representam 23,12% da população do estado, vêm apresentando uma participação declinante no total das receitas realizadas, desde o exercício de 1997. Neste ano, conforme demonstra a tabela 02, a RMS detinha 37,94% do conjunto das receitas municipais do Estado, passando para 29,45% no ano de 2000 e atingindo o patamar de 27,56% em 2002. Vale ressaltar que este resultado deveu-se à queda na participação das receitas de transferência, que oscilou de 29,07% em 1997 para 21,11%, em 2002.

**Tabela 02 - Participação da Região Metropolitana de Salvador no Total das Receitas Realizadas, de Transferências e Próprias
1997 - 2002**

Região	Em (%)		
	Participação		
	Receita Realizada	Receita de transferência	Receita Própria
1997	37,94	29,07	68,60
1998	30,44	22,61	59,19
1999	29,45	21,90	63,24
2000	29,45	23,14	62,36
2001	28,98	22,20	65,02
2002	27,52	21,11	59,41

Fonte: MINFAZ / STN e TCM
Elaboração: SEI

Nas demais Regiões Econômicas, não se identificou alterações na participação dignas de registro, excetuando-se a Região do Litoral Norte que, em decorrência do crescimento de sua participação relativa no total das receitas próprias — de 3,17% em 1997 para 6,03% em 2002 —, observou o aumento de sua participação nas receitas realizadas de 4,19% para 4,59% no período.

Analisando-se sob a ótica da distribuição per capita das receitas realizadas em todo o Estado, constata-se que os municípios da RMS foram os mais favorecidos, quanto ao acesso a esses recursos, como se pode depreender dos dados da tabela 03.

Tabela 03 - Receita per capita dos municípios da RMS e do conjunto dos Demais municípios 1999-2002

Município	Receita Per Capita			
	1999	2000	2001	2002
Camaçari	1.274,58	1.603,09	1.747,48	1.476,62
Candeias	772,50	727,54	819,22	845,15
Dias D'Ávila	866,35	806,38	944,15	883,60
Itaparica	498,24	465,79	434,38	412,52
Lauro de Freitas	552,03	594,08	556,17	595,10
Mãdre de Deus	2.723,53	2.732,38	2.552,04	3.328,11
Salvador	424,36	430,84	430,32	418,62
São Francisco do Conde	2.144,98	2.664,01	3.698,65	3.622,53
Simões Filho	607,86	667,67	695,13	729,87
Vera Cruz	462,50	471,71	497,22	464,91
Total RMS	520,82	549,48	568,95	549,26
Demais Municípios	375,09	395,81	419,35	434,21
Total dos Municípios	408,78	431,34	453,93	460,81

Fonte: MINFAZ / STN e TCM

Elaboração: SEI

(¹) Valores atualizados a preços de 2002 pelo IGP/DI-FGV.

Nota: Dados Censitários do ano 2000

Ainda analisando-se a tabela 03, a preços constantes de 2002, percebe-se que, na média, o total dos municípios baianos teve sua receita *per capita* elevada em 12,73% entre 1999 e 2002, ao passo que o crescimento da RMS ficou em 5,46% e os demais municípios em 15,76%, comprovando o declínio da participação desta Região Econômica, como já mencionado anteriormente.

Considerando-se o comportamento dos municípios separadamente, merece registro o forte aumento da receita *per capita* de São Francisco do Conde, da ordem de 68,88% nos quatro anos em análise. Por outro lado, cabe frisar que apenas os municípios de Itaparica e Salvador tiveram suas receitas *per capita* reduzidas em 17,20% e 1,35%, respectivamente.

Se comparadas perante o exercício de 2001, seis municípios da RMS tiveram, em 2002, suas receitas *per capita* reduzidas, incluindo Salvador e Camaçari. Já nas demais Regiões Econômicas do Estado, não se identificou alterações relevantes na participação das receitas orçamentárias, exceto a Região Litoral Norte, já comentada anteriormente.

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS REALIZADAS DOS MUNICÍPIOS BAIANOS

Apesar de ter apresentado um crescimento contínuo de suas receitas realizadas ao longo dos anos 1994-1998, quando atingiu o excelente resultado de 32,4% em relação a 1997, os municípios baianos passaram a contabilizar índices anuais de crescimento de receita inexpressivos a partir de 1999, quando registrou 1,57%. De um aumento de 5,52% no ano de 2000 e de 5,24% em 2001, o resultado veio a alcançar 1,65% em 2002.

O desempenho das receitas realizadas dos municípios baianos pode ser observado nas séries de nove anos apresentadas na tabela 04.

Tabela 04 - Indicadores de desempenho das Receitas Realizadas, de Transferência e Próprias dos municípios baianos

ANO	Variação (%) ⁽¹⁾					
	Receita Realizada		Receita de Transferência		Receita Própria	
	Anual	Acumulada	Anual	Acumulada	Anual	Acumulada
Total dos Municípios						
1994	-	-	-	-	-	-
1995	17,70	17,70	15,37	15,37	33,36	33,36
1996	6,57	25,43	6,35	22,70	8,23	44,35
1997	9,11	36,86	3,78	27,34	25,84	81,65
1998	32,38	81,17	32,00	68,08	45,55	164,40
1999	1,57	84,02	5,70	77,66	(13,27)	129,30
2000	5,52	94,17	8,26	92,34	(7,31)	112,54
2001	5,24	104,35	5,75	103,39	2,12	117,04
2002	1,65	107,72	0,55	104,52	7,82	134,01
Salvador						
1994	-	-	-	-	-	-
1995	36,99	36,99	22,19	22,19	61,20	61,20
1996	4,30	42,89	0,71	23,05	8,75	75,31
1997	34,12	91,64	21,86	49,95	28,29	124,92
1998	7,00	105,06	7,71	61,52	22,82	176,25
1999	1,56	108,27	9,93	77,55	(6,43)	158,48
2000	1,53	111,45	10,91	96,92	(9,01)	135,20
2001	(0,12)	111,19	(2,91)	91,20	3,69	143,89
2002	(2,72)	105,45	(1,63)	88,07	(5,42)	130,67
Demais Municípios						
1994	-	-	-	-	-	-
1995	13,70	13,70	14,40	14,40	11,16	11,16
1996	7,13	21,82	7,21	22,65	7,63	19,64
1997	3,04	25,52	1,17	24,08	22,98	47,14
1998	40,39	76,23	36,22	69,03	73,27	154,94
1999	1,57	79,00	5,11	77,67	(19,19)	106,03
2000	6,48	90,60	7,88	91,68	(5,61)	94,46
2001	6,47	102,93	7,02	105,15	0,60	95,62
2002	2,59	108,19	0,85	106,88	20,99	136,68

Fonte: MINFAZ / STN e TCM

Elaboração: SEI

⁽¹⁾ Variação constante, a preços de 2002, pelo IGP/DI-FGV.

Além de inexpressivos, o mais preocupante é o fato de estes pífios resultados resultarem fundamentalmente da elevação das receitas de transferência, a partir de 1999, com exceção do exercício de 2002, quando as receitas próprias tiveram um acréscimo mais significativo.

A partir da tabela 04, observa-se que o ritmo de crescimento anual das receitas próprias, bastante positivo entre 1994 e 1998, reduz-se a partir de 1999 quando se registrou queda de mais de 13%, seguida de outra perda em 2000, desta vez da ordem de 7,31% e esboçando uma tímida reação em 2001 (2,12%) para obter ganhos de 7,82% em 2002.

Analisadas no período de 1994 a 2002, a preços de 2002, as receitas realizadas cresceram 107,72%, sendo que as de transferência registraram aumento de 104,52%, enquanto as receitas próprias avançaram 134,01%. Ainda assim, as receitas de transferência continuam sendo, em termos absolutos, as principais fontes de sustentação financeira dos municípios baianos em todos esses anos, uma realidade que está presente em quase todo o país e que não dá sinais de reversão em um futuro próximo.

Para uma melhor compreensão do que ocorreu no período, está apresentada na tabela 05 a evolução real das receitas realizadas nos períodos de 1998/1994, 2000/1998 e 2002/2000, em valores constantes a preços de 2002, e variação do período, destacando-se Salvador dos demais municípios.

Tabela 05 - Evolução Real das Receitas Realizadas, de Transferência e Própria dos Municípios Baianos
1998/1994 - 2000/1998 - 2002/2000

Em R\$ de 2002⁽¹⁾

Região / Ano	Receita Realizada		Receita de Transferência		Receitas Próprias	
	R\$	Var (%)	R\$	Var (%)	R\$	Var (%)
Total dos Municípios						
1994	2.903.413.561	-	2.457.644.584	-	425.726.781	-
1998	5.260.111.670	81,17	4.130.920.599	68,08	1.125.607.441	164,40
2000	5.637.665.596	7,18	4.727.050.734	14,43	904.832.620	(19,61)
2002	6.031.026.773	6,98	5.026.316.658	6,33	996.241.865	10,10
Salvador						
1994	497.802.166	-	308.886.471	-	188.915.695	-
1998	1.020.775.823	105,06	498.900.944	61,52	521.874.879	176,25
2000	1.052.594.864	3,12	608.271.307	21,92	444.323.557	(14,86)
2002	1.022.732.339	(2,84)	580.923.038	(4,50)	435.765.418	(1,93)
Demais Municípios						
1994	2.405.611.395	-	2.148.758.113	-	236.811.086	-
1998	4.239.335.847	76,23	3.632.019.655	69,03	603.732.562	154,94
2000	4.585.070.732	8,16	4.118.779.427	13,40	460.509.064	(23,72)
2002	5.008.294.434	9,23	4.445.393.620	7,93	560.476.447	20,99

Fonte: MINFAZ / STN e TCM

Elaboração: SEI

⁽¹⁾ Valores atualizados a preços de 2002 pelo IGP/DI-FGV.

Durante o período de 1994 a 1998 o crescimento das receitas realizadas deu-se em níveis formidáveis — média de 20,29% ao ano — resultado do bom desempenho tanto das receitas próprias quanto das receitas de transferência, embora aquelas tenham se elevado, em termos percentuais, mais que o dobro em relação a estas. No período subsequente, no entanto, a evolução aconteceu em ritmo mais lento (média de 3,62% ao ano), fruto da brusca queda nas receitas próprias no exercício de 2000, particularmente do *IPTU* e do item *Demais Receitas Próprias*, assim como do baixo crescimento das receitas de transferência.

Analisado separadamente, o município de Salvador, após 1998, tem obtido resultados amplamente desfavoráveis em suas receitas, situação oposta dos demais municípios. No período 2000/1998 reduziu em 14,86% suas receitas próprias, as quais foram compensadas pelo aumento das receitas de transferência em 21,92%. No total, cresceu apenas 3,12 %.

Já no período 2002/2000, sofreu perdas de 2,84% em suas receitas totais, motivadas pelo declínio tanto nas receitas próprias (1,93%), quanto nas de transferência (4,50%). Em outros termos Salvador auferiu, em 2002, receitas totais nos mesmos níveis daquelas de 1998, sendo que, em se tratando das receitas próprias, perdeu R\$ 86 milhões, a preços constantes de 2002, basicamente no *IPTU e Demais Receitas Próprias*.

Quanto ao IPTU, é intrigante e de grande significado o fato da capital baiana estar perdendo arrecadação, em todos os anos, desde 1998, quando arrecadou, a preços constantes de 2002, R\$146,1 milhões, recuando para R\$119,6 mi (1999), R\$108,2 mi (2000), R\$100,9 mi (2001), até R\$92,3 mi em 2002. Conforme já mencionado, Salvador arrecadava, em 1998, 75,95% de todo o IPTU do Estado, reduzindo este índice para 73,76% em 2000 e, finalmente, 68,32% em 2002.

A perda de receitas de IPTU, entretanto, não ocorreu somente na capital do Estado. Na soma dos demais municípios, esse tributo sofreu perdas importantes, embora menos graves que as de Salvador. De uma receita de R\$ 46,3 milhões em 1998, a preços de 2002, passou para R\$ 38,5 milhões em 2000 e R\$ 42,8 milhões em 2002.

No conjunto dos municípios, as variações das receitas realizadas estão representadas no Quadro 02, inclusive com os percentuais correspondentes.

**Quadro 02 - Variação (%) das Receitas Realizadas dos municípios baianos
1998/1997 - 2000/1999 - 2002/2001**

Classe de Variação das Receitas	1998/1997		2000/1999		2002/2001	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Aumento superior a 100%	26	6,20	0	0,00	67	16,10
Aumento de 50,0% a 99,99%	200	48,20	3	0,70	38	9,10
Aumento de 26,0% a 49,9%	130	31,30	13	3,10	41	9,80
Aumento até 25,9%	51	12,30	279	67,20	72	17,30
Redução acima de 26,0%	1	0,20	1	0,20	103	24,70
Redução de até 25,9%	6	1,40	109	26,30	94	22,50
Dados não disponíveis	1	0,20	10	2,40	2	0,50
Total	415	100,00	415	100,00	417	100,00

Fonte: MINFAZ / STN e TCM

Elaboração: SEI

A leitura dos indicadores de desempenho das receitas realizadas por classes de incremento permite que se chegue à seguinte conclusão: no ano de 2002, 47,2% dos municípios baianos sofreram perdas de recursos orçamentários se comparados ao ano imediatamente anterior. Esse quadro é pior do que o de 2000, quando 26,5% deles perderam receitas e muito mais grave diante da realidade de 1998 quando apenas sete (07) municípios tiveram recuo de suas receitas.

O dado curioso do quadro 02 é que, não obstante ter crescido o número de municípios que perderam receitas, também cresceu o número de municípios com aumentos superiores a 50%. Atribui-se tal comportamento, ao fato de alguns municípios que não desenvolviam qualquer esforço de cobrança de suas receitas próprias terem adotado algumas medidas em prol da arrecadação municipal. Considerando que, nesses casos, as receitas são de baixos valores, qualquer entrada mais ou menos significativa de recursos termina por importar em percentuais elevados de incremento de receita.

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS REALIZADAS DAS REGIÕES ECONÔMICAS DO ESTADO

Uma visão mais ampla do comportamento das receitas realizadas dos municípios baianos, segundo as regiões econômicas, pode ser obtida a partir da análise da tabela 06, que reflete os percentuais de variação das diversas receitas, observadas no período compreendido entre 1994 a 2002.

Tabela 06 - Variações das Receitas Realizadas, de Transferências e Próprias no período entre 1994 a 2002 a preços constantes de 2002, segundo as Regiões Econômicas do Estado da Bahia 2002/1994

Região / Ano	Em (%)		
	Receita Realizada	Receita de Transferência	Receita Própria
TOTAL DAS REGIÕES ECONÔMICAS	107,72	104,52	134,01
REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR	98,85	79,72	143,96
LITORAL NORTE	158,27	143,08	241,02
RECÔNCAVO SUL	101,00	103,05	77,61
LITORAL SUL	49,70	52,11	78,27
EXTREMO SUL	153,59	167,54	70,32
NORDESTE	151,02	160,22	54,57
PARAGUAÇU	95,18	89,33	155,00
SUDOESTE	112,53	102,45	184,21
BAIXO MÉDIO SÃO FRANCISCO	130,55	149,07	74,70
PIEMONTE DA DIAMANTINA	118,54	126,74	45,97
IRECÊ	98,11	96,04	160,85
CHAPADA DIAMANTINA	122,84	129,02	31,99
SERRA GERAL	93,36	96,68	40,50
MÉDIO SÃO FRANCISCO	173,12	178,25	166,76
OESTE	190,52	189,56	248,68

Fonte: MINFAZ / STN e TCM

Elaboração: SEI

Com base nos dados da tabela 06, pode-se assinalar algumas observações. São elas:

Das quinze regiões, seis não atingiram o crescimento médio global de 107,72% nas receitas realizadas;

Dessas seis regiões, cinco estão posicionadas entre os piores índices de crescimento das receitas de transferência e quatro tiveram estas receitas majoradas em percentuais inferiores aos das receitas próprias;

Sete das quinze regiões obtiveram crescimento das receitas próprias em patamares superiores à média estadual;

O acréscimo de R\$ 3,1 bilhões, a preços constantes de 2002, nas receitas realizadas deveu-se, principalmente, aos resultados advindos da Região Metropolitana de Salvador (26,45%), Nordeste (9,71%), Sudoeste (7,92%), Paraguaçu (7,28%) e Extremo Sul com 6,64%. As Regiões do Oeste e do Médio São Francisco, embora estejam situadas no topo do ranking, contribuíram, somadas as duas, com 7,63%, o correspondente a R\$ 237,8 milhões, a preços de 2002.

A menor contribuição percentual foi da Região de Irecê, com 2,5% do total acrescido no Estado.

AS DESPESAS EMPENHADAS E O SEU FINANCIAMENTO

Conforme demonstra a tabela abaixo, a partir dos resultados apresentados no exercício financeiro de 1998, quando as despesas empenhadas dos municípios baianos, a preços constantes de 2002, cresceram 36,70%, em relação ao ano de 1997, os acréscimos dos gastos têm se mantido em uma média abaixo dos 2,0%, excetuando o ano de 2001, quando se verificou um aumento de 8,74%, frente ao ano de 2000. O município de Salvador conseguiu reduzir as despesas neste período, com exceção apenas do ano de 2001, que registrou um crescimento de 2,01%, em relação ao ano 2000.

**Tabela 07 - Evolução das Despesas Empenhadas e Despesas de Pessoal
1994 -2002** Em R\$1,00 de 2002⁽¹⁾

Região / Ano	Despesas Empenhadas (A)			Despesas de Pessoal (B)		
	R\$	Variação (%)		R\$	Variação (%)	
		Anual	Acumulada		Anual	Acumulada
Todos os Municípios						
1994	3.546.252.346	-	-	1.496.193.172	-	-
1995	3.859.026.913	8,82	8,82	1.646.567.162	10,05	10,05
1996	4.137.419.605	7,21	16,67	1.653.345.228	0,41	10,50
1997	4.029.320.408	(2,61)	13,62	1.715.900.674	3,78	14,68
1998	5.507.990.390	36,70	55,32	1.949.748.172	13,63	30,31
1999	5.406.845.866	(1,84)	52,47	1.974.061.873	1,25	31,94
2000	5.470.351.778	1,17	54,26	1.936.228.695	(1,92)	29,41
2001	5.948.205.557	8,74	67,73	2.217.691.977	14,54	48,22
2002	6.074.308.276	2,12	71,29	2.298.900.676	3,66	53,65
Salvador						
1994	875.805.653	-	-	545.326.121	-	-
1995	904.839.165	3,32	3,32	557.872.479	2,30	2,30
1996	806.447.510	(10,87)	(7,92)	483.866.961	(13,27)	(11,27)
1997	878.552.555	8,94	0,31	429.043.130	(11,33)	(21,32)
1998	1.072.160.501	22,04	22,42	438.653.124	2,24	(19,56)
1999	1.012.413.543	(5,57)	15,60	378.883.979	(13,63)	(30,52)
2000	1.002.104.244	(1,02)	14,42	335.816.196	(11,37)	(38,42)
2001	1.022.247.000	2,01	16,72	329.607.032	(1,85)	(39,56)
2002	977.812.983	(4,35)	11,65	313.878.061	(4,77)	(42,44)
Demais Municípios						
1994	2.670.446.693	-	-	950.867.051	-	-
1995	2.954.187.748	10,63	10,63	1.088.694.684	14,49	14,49
1996	3.330.972.095	12,75	24,73	1.169.478.268	7,42	22,99
1997	3.150.767.853	(5,41)	17,99	1.286.857.544	10,04	35,34
1998	4.435.829.889	40,79	66,11	1.511.095.047	17,43	58,92
1999	4.394.432.323	(0,93)	64,56	1.595.177.894	5,56	67,76
2000	4.468.247.534	1,68	67,32	1.600.412.499	0,33	68,31
2001	4.925.958.557	10,24	84,46	1.888.084.945	17,97	98,56
2002	5.096.495.293	3,46	90,85	1.985.022.615	5,13	108,76

Fonte: MINFAZ/STN e TCM

Elaboração: SEI.

⁽¹⁾ Valores atualizados a preços de 2002 pelo IGP/DI-FGV.

Esses bons resultados da capital baiana, pelo lado do controle das despesas, foram possíveis graças à redução dos gastos com pessoal, refletindo o esforço empreendido

pelos gestores municipais para não ultrapassar os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada no decorrer do ano de 2000.

Pode-se observar que, no conjunto dos municípios, as despesas com a folha de pagamento apresentaram pequena redução passando de R\$ 1.950 milhões em 1998 para R\$ 1.936 milhões em 2000. Em Salvador, houve um decréscimo mais significativo, pois tais despesas passaram de R\$439 milhões para R\$336 milhões, o que representou um decréscimo de 23,46. O exercício de 2001 foi atípico, com crescimento expressivo de 14,54% nas despesas de pessoal no conjunto dos municípios, apesar da capital baiana ter registrado economia de 1,85% neste elemento de despesa.

Tabela 08 - Comprometimento das Receitas Realizadas com as Despesas de Pessoal
1994 -2002 Em R\$1,00 de 2002⁽¹⁾

Região / Ano	Receitas Realizadas (A)	Despesas de Pessoal (B)	Participação (%)
			B/A
Todos os Municípios			
1994	2.903.413.561	1.496.193.172	51,53
1995	3.417.227.080	1.646.567.162	48,18
1996	3.641.718.109	1.653.345.228	45,40
1997	3.973.589.192	1.715.900.674	43,18
1998	5.260.111.670	1.949.748.172	37,07
1999	5.342.839.733	1.974.061.873	36,95
2000	5.637.665.596	1.936.228.695	34,34
2001	5.932.998.093	2.217.691.977	37,38
2002	6.031.026.773	2.298.900.676	38,12
Salvador			
1994	497.802.166	545.326.121	109,55
1995	681.956.452	557.872.479	81,80
1996	711.287.753	483.866.961	68,03
1997	954.001.618	429.043.130	44,97
1998	1.020.775.823	438.653.124	42,97
1999	1.036.749.206	378.883.979	36,55
2000	1.052.594.864	335.816.196	31,90
2001	1.051.314.946	329.607.032	31,35
2002	1.022.732.339	313.878.061	30,69
Demais Municípios			
1994	2.405.611.395	950.867.051	39,53
1995	2.735.270.628	1.088.694.684	39,80
1996	2.930.430.356	1.169.478.268	39,91
1997	3.019.587.574	1.286.857.544	42,62
1998	4.239.335.847	1.511.095.047	35,64
1999	4.306.090.527	1.595.177.894	37,04
2000	4.585.070.732	1.600.412.499	34,90
2001	4.881.683.147	1.888.084.945	38,68
2002	5.008.294.434	1.985.022.615	39,63

Fonte: MINFAZ/STN e TCM

Elaboração: SEI.

⁽¹⁾ Valores atualizados a preços de 2002 pelo IGP/DI-FGV.

As receitas realizadas aumentaram, a preços constantes de 2002, durante o período entre 1994 a 2002, em 107,72%, conforme visto anteriormente, considerando o conjunto dos municípios, enquanto as despesas empenhadas evoluíram em ritmo menor, na ordem de 71,29%. Em Salvador, o resultado foi ainda mais significativo: as despesas aumentaram apenas 11,65%, diante de um crescimento de 105,45% das receitas.

Importa notar que a redução do comprometimento das receitas realizadas com as despesas com Pessoal no período, no âmbito dos municípios, foi possível devido ao vigoroso aumento das receitas municipais em 1998 e a redução significativa registrada no município de Salvador, a partir de 1999. Como já exposto em análises anteriores, os pequenos municípios do Estado (maioria absoluta) não apresentaram, ao longo do tempo, comprometimentos elevados de suas receitas com despesas de Pessoal, razão pela qual não registraram diminuição significativa desses percentuais a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A trajetória das despesas com pessoal, ao longo do período compreendido entre 1994 e 2002, comparadas com o total das receitas realizadas, encontra-se destacada na tabela 08. Se comparadas com as receitas correntes, o comprometimento destas, com os gastos de pessoal, está destacada na tabela 09.

Tabela 09 - Comprometimento das Receitas Correntes com as Despesas de Pessoal 1994 -2002

Região / Ano	Receitas Correntes (A)	Despesas de Pessoal (B)	Em R\$1,00 de 2002 ⁽¹⁾
			Participação (%) B/A
Total dos Municípios			
1994	2.538.431.385	1.496.193.172	58,94
1995	3.241.498.985	1.646.567.162	50,80
1996	3.321.612.116	1.653.345.228	49,78
1997	3.726.892.101	1.715.900.674	46,04
1998	4.944.342.721	1.949.748.172	39,43
1999	5.041.560.595	1.974.061.873	39,16
2000	5.310.366.257	1.936.228.695	36,46
2001	5.714.867.682	2.217.691.977	38,81
2002	5.741.078.094	2.298.900.676	40,04

Fonte: MINFAZ/STN e TCM

Elaboração: SEI.

⁽¹⁾ Valores atualizados a preços de 2002 pelo IGP/DI-FGV.

AS DESPESAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO

Na tabela abaixo, confirma-se a tendência já identificada anteriormente, desde 1998 que as funções de Educação e Cultura, bem como Saúde e Saneamento são responsáveis por

maiores ganhos de participação relativa dos gastos. Esta realidade deve-se, em parte, às verbas oriundas dos fundos criados especificamente para tais funções de governo.

Do outro lado, conforme se constata na tabela 10, a função transporte, que em 1995 atingia 5,39% dos gastos do conjunto dos municípios baianos, caiu sistematicamente nos anos seguintes, chegando ao patamar de 1,71% em 2002, revelando a imensa dificuldade dos entes federativos em destinar verbas aos setores de infra-estrutura.

Tabela 10 - Composição da Despesa por Função de Governo dos municípios baianos 1994-2002

FUNÇÃO	ANO								
	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Administração e Planejamento	26,54	29,43	26,49	27,12	23,45	22,81	20,35	20,28	20,26
Educação e Cultura	26,04	24,38	26,77	23,22	28,53	30,14	32,99	33,91	30,46
Habitação e Urbanismo	16,83	15,95	15,43	15,97	15,29	16,38	16,75	16,20	15,75
Saúde e Saneamento	11,61	10,57	11,03	12,67	14,05	14,09	14,49	15,48	19,81
Assistência e Previdência	4,61	4,40	6,55	8,08	7,64	7,31	6,55	6,01	5,55
Transporte	6,04	5,39	4,81	3,98	3,38	2,57	2,52	2,16	1,71
Demais Funções	8,34	9,89	8,91	8,95	7,66	6,69	6,35	5,96	6,46
Total das Funções	100,00								

Fonte: MINFAZ/STN e TCM

Elaboração: SEI.

AS DESPESAS COM O LEGISLATIVO

Não resta dúvida de que os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal foram, na verdade, o elemento responsável pela marcante redução dos gastos públicos com as Câmaras de Vereadores no Estado da Bahia. É o que se pode inferir dos números apresentados na tabela 11

Tabela 11 - Comprometimento das Receitas Correntes com as Despesas Legislativas dos municípios baianos

1996-2002

Ano	Percentual de Comprometimento	Municípios com comprometimento acima de 6%
1996	6,49	225
1997	6,07	278
1998	5,02	107
1999	4,71	70
2000	4,06	18
2001	3,87	04
2002	3,80	05

Fonte: MINFAZ/STN e TCM

Elaboração: SEI.

No entanto, importa salientar que 290 municípios ainda estão situados em patamares superiores à média estadual, ou seja, comprometendo mais de 3,80% (média de 2002) de suas receitas correntes com a manutenção do Poder Legislativo, evidenciando que ainda há um grande espaço para redução dessas despesas.

Os vinte municípios que mais comprometeram suas receitas com as despesas do Poder Legislativo em 2002 são apresentados no quadro 03.

Quadro 03 - Os vinte municípios que mais comprometeram suas Receitas Correntes com as Despesas Legislativas

2002	Em (%)
Município	Comprometimento das Receitas Correntes
Sobradinho	6,51
Itapebi	6,32
Barra do Rocha	6,19
Vera Cruz	6,11
Morpará	6,08
Luís Eduardo Magalhães	5,98
Nova Redenção	5,95
Simões Filho	5,93
Ibiquera	5,88
Potiraguá	5,83
Caetanos	5,81
Conceição da Feira	5,80
Tanquinho	5,78
Guajeru	5,70
Candeias	5,68
Catolândia	5,68
Canudos	5,67
Caturama	5,65
Wagner	5,64
São José do Jacuípe	5,63

Fonte: MINFAZ/STN e TCM

Elaboração: SEI.

A DÍVIDA PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS BAIANOS

Por ser talvez o maior problema relacionado às contas públicas no Brasil, a dívida pública tem merecido atenção especial das autoridades monetárias, fato que se manifestou de modo contundente quando da elaboração da Lei de Responsabilidade Fiscal. O descontrole e o comprometimento da eficácia das gestões por conta dos elevados encargos a que os municípios estavam e estão submetidos, a exemplo, também, dos Estados, fez com que a legislação estabelecesse limites bastante rígidos para ao endividamento dos entes federativos.

O resultado concreto é que o comprometimento das receitas realizadas com o pagamento do serviço da dívida, em 1999, que era da ordem de 5,32%, foi reduzido para 3,65% em 2002.

No que se refere ao número de municípios endividados, a realidade é a retratada no quadro 04.

**Quadro 04 - Radiografia do Serviço da Dívida Pública dos Municípios Baianos
1999-2002**

RESULTADO	ANO			
	1999	2000	2001	2002
Número de municípios endividados	336	359	374	380
Número de municípios que comprometeram mais de 5% de suas receitas com pagamentos do serviço da dívida pública	55	29	40	20
Desembolso total dos municípios com pagamento do serviço da dívida pública (Em R\$ milhões de 2002 ⁽¹⁾)	284,48	213,13	218,79	220,39
Comprometimento das receitas do conjunto dos municípios com o pagamento do serviço da dívida pública (Em %)	5,32	3,78	3,69	3,65

Fonte: MINFAZ/STN e TCM

Elaboração: SEI.

⁽¹⁾ Valores atualizados a preços de 2002 pelo IGP/DI-FGV.

Embora o número de municípios endividados tenha crescido nesses anos, nota-se que os desembolsos com os encargos da dívida, a partir de 2000, deu-se em níveis bem inferiores àquelas ocorridas até o exercício de 1999, sugerindo que, embora houvesse um aumento do número de municípios endividados, os estoques da dívida caíram, evitando um crescimento perigoso dos encargos decorrentes. Claro que esta realidade deve-se às limitações de ordem legal, quanto aos limites para contratação de operações de crédito e antecipações de receitas orçamentárias, exigidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

O resultado visível é a redução bastante expressiva do comprometimento das receitas orçamentárias, dos municípios em geral, com o pagamento dos encargos.

Um levantamento dos vinte municípios com maior nível de comprometimento de suas receitas por conta do pagamento dos encargos da dívida pública pode ser observado no Quadro 05.

Quadro 05 - Os vinte municípios que mais comprometeram suas Receitas Realizadas com o Serviço da Dívida

2001 - 2002

Exercício de 2001		Exercício de 2002	
Município	Com comprometimento da Receita (%)	Município	Com comprometimento da Receita (%)
Apuarema	11,37	Salvador	9,17
Barra do Rocha	10,73	Ipiaú	7,14
Santo Antônio de Jesus	9,50	Camacã	7,00
Irecê	9,42	Caravelas	6,55
Lapão	9,18	Coaraci	6,47
Pojuca	9,00	Barreiras	6,23
Salvador	8,93	Jaguaquara	6,21
Camacã	8,49	Central	5,99
Candeal	8,24	Alagoinhas	5,92
Ibicarai	7,93	Itororó	5,86
Jaguaquara	7,72	Potiraguá	5,84
Amargosa	7,61	Firmino Alves	5,80
Nazaré	7,50	Morro do Chapéu	5,79
Paratinga	7,45	São Gonçalo dos Campos	5,78
Santa Terezinha	7,40	Itapebi	5,62
Varzedo	6,72	Piripá	5,58
Ubaitaba	6,67	Madre de Deus	5,50
Entre Rios	6,66	Milagres	5,41
Milagres	6,51	Vera Cruz	5,28
Jaguaripe	6,48	Ibicuí	5,17

Fonte: MINFAZ/STN e TCM

Elaboração: SEI

Se considerados por Região Econômica, a Região Metropolitana do Salvador exhibe os maiores percentuais tanto em 2001 quanto em 2002 de 6,49% e 7,15%, respectivamente, ao passo que a Região Nordeste tem o menor comprometimento (1,30%) e (1,34%), conforme demonstra o Quadro 06 abaixo.

Quadro 06 - Comprometimento das Receitas Realizadas com o Serviço da Dívida, segundo as Regiões Econômicas da Bahia

2001 - 2002

Exercício de 2001		Exercício de 2002	
Região Econômica	Comprometimento da Receita (%)	Região Econômica	Comprometimento da Receita (%)
REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR	6,49	REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR	7,15
RECÔNCAVO SUL	3,97	SUDOESTE	3,20
LITORAL NORTE	3,96	LITORAL NORTE	2,78
IRECÊ	3,88	RECÔNCAVO SUL	2,67
SUDOESTE	3,38	LITORAL SUL	2,62
LITORAL SUL	2,96	IRECÊ	2,56
BAIXO MÉDIO SÃO FRANCISCO	2,55	BAIXO MÉDIO SÃO FRANCISCO	2,53
PARAGUAÇU	2,33	SERRA GERAL	2,53
MÉDIO SÃO FRANCISCO	2,23	OESTE	2,27
SERRA GERAL	2,21	PARAGUAÇU	2,23
CHAPADA DIAMANTINA	1,94	EXTREMO SUL	2,22
EXTREMO SUL	1,94	PIEMONTE DA DIAMANTINA	1,95
OESTE	1,83	CHAPADA DIAMANTINA	1,79
PIEMONTE DA DIAMANTINA	1,75	MÉDIO SÃO FRANCISCO	1,56
NORDESTE	1,30	NORDESTE	1,34

Fonte: MINFAZ/STN e TCM

Elaboração: SEI

RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINANCEIROS DOS MUNICÍPIOS BAIANOS

Conforme a tabela 12 abaixo, durante todo o período analisado, o resultado consolidado da Administração Centralizada dos municípios baianos só apresentou superávit financeiro no exercício de 2000, quantificado em 2,97% de participação no total das receitas realizadas, mas demonstra o esforço orçamentário, já comprovado anteriormente, realizado pelos municípios baianos.

Tabela 12 - Resultado dos Exercícios Financeiros dos Municípios Baianos 1994 -2002 Em R\$1,00 de 2002⁽¹⁾

Ano	Total dos Municípios		Salvador		Demais Municípios	
	Déficit / Superávit	Participação na Receita Realizada (%)	Déficit / Superávit	Participação na Receita Realizada (%)	Déficit / Superávit	Participação na Receita Realizada (%)
1994	(642.838.785)	(22,14)	(378.003.486)	(75,93)	(264.835.298)	(11,01)
1995	(441.799.833)	(12,93)	(222.882.713)	(32,68)	(218.917.120)	(8,00)
1996	(495.701.496)	(13,61)	(95.159.757)	(13,38)	(400.541.739)	(13,67)
1997	(55.731.216)	(1,40)	75.449.063	7,91	(131.180.279)	(4,34)
1998	(247.878.719)	(4,71)	(51.384.678)	(5,03)	(196.494.041)	(4,64)
1999	(64.006.133)	(1,20)	24.335.663	2,35	(88.341.796)	(2,05)
2000	167.313.818	2,97	50.490.620	4,80	116.823.198	2,55
2001	(15.207.464)	(0,26)	29.067.946	2,76	(44.275.410)	(0,91)
2002	(43.281.503)	(0,72)	44.919.356	4,39	(88.200.859)	(1,76)

Fonte: MINFAZ/STN e TCM

Elaboração: SEI.

⁽¹⁾ Valores atualizados a preços de 2002 pelo IGP/DI-FGV.

A diferença identificada em um exame retrospectivo dos números do período revela que os déficits municipais vêm declinando gradativamente, desde 1994, quando o resultado negativo alcançou 22,14% de participação no total das receitas realizadas.

Os déficits registrados nos exercícios de 2001 e 2002 com 0,26% e 0,72%, respectivamente, foram os menores de todo o período.

Apresentando receitas superiores às despesas em R\$ 29 milhões (2001) e R\$ 45 milhões (2002), a preços constantes de 2002, resultando no esforço orçamentário positivo de 2,76% em 2001 e 4,39% em 2002, a situação financeira de Salvador que desde o ano de 1999 não registra déficit, mostrou-se mais favorável que a dos demais municípios, que chegaram a resultados negativos de 0,91% e 1,76% nos respectivos exercícios.

Refletindo esses desempenhos, a composição do montante dos déficits/superávits no conjunto dos municípios baianos, nos anos 1994-2002 assumiu a configuração mostrada na tabela 13.

Tabela 13 - Composição do déficit / superávit dos municípios baianos 1994 -2002 Em (%)

Municípios	Ano								
	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Salvador	(58,80)	(50,45)	(19,20)	135,38	(20,73)	38,02	30,18	191,14	103,78
Demais Municípios	(41,20)	(49,55)	(80,80)	(235,38)	(79,27)	(138,02)	69,82	(291,14)	(203,78)
Total	(100,00)	(100,00)	(100,00)	(100,00)	(100,00)	(100,00)	100,00	(100,00)	(100,00)

Fonte: MINFAZ/STN e TCM
Elaboração: SEI.

A considerar os números exibidos no período de 1994 a 1995, Salvador respondeu pela parcela mais substantiva do déficit total dos municípios baianos. No entanto, já em 1996 cai para 19,20% a participação da capital baiana nessa estrutura. Mas é no ano de 1999 que Salvador inverte sua posição passando a somar resultados superavitários, chegando em 2000 a ser responsável por mais de 30% do superávit registrado no Estado.

No que diz respeito ao número de municípios deficitários, o quadro 06 mostra que o número daqueles que atuavam no vermelho cresceu de 196 em 1994 para 367 em 1996, reduzindo-se este número para 109 no ano de 2000 e voltando a crescer em 2001 para 238, obtendo praticamente o mesmo resultado em 2002, com 234 municípios em situação de déficit financeiro.

Quadro 06 - Número de municípios baianos deficitários e superavitários 1994-2002

Especificação	ANO						
	1994	1995	1996	1999	2000	2001	2002
Deficitário	196	308	367	288	109	238	234
Superavitário	218	104	38	122	294	179	182
Sem informação	1	3	10	5	12	0	1
Total	415	415	415	415	415	417	417

Fonte: MINFAZ/STN e TCM
Elaboração: SEI.

Analisados sob a ótica da evolução dos percentuais de déficits/superávits, ou seja, dos patamares que tais resultados atingiram, nota-se que os resultados são ligeiramente desfavoráveis quando se observa o número de municípios com déficits superiores a 10%, embora melhores que os índices anteriores a 1999, como mostra o quadro 08.

**Quadro 08 - Evolução dos resultados financeiros dos municípios baianos
1995-2002**

Resultado	ANO					
	1995	1996	1999	2000	2001	2002
Superávit acima de 10%	9	7	2	32	2	4
Superávit até 10%	95	31	120	262	177	178
Déficit até 10%	228	206	256	100	222	209
Déficit acima de 10%	80	161	32	9	16	25
Dados não Disponíveis	3	10	5	12	0	1
Total	415	415	415	415	417	417

Fonte: MINFAZ/STN e TCM

Elaboração: SEI.

Já na tabela 14 são evidenciados os vinte municípios baianos que conquistaram os melhores e piores resultados financeiros no exercício de 2002.

Tabela 14 - Os vinte municípios com os melhores e piores resultados financeiros

2002		Em (%)	
Município	Superávit	Município	Déficit
Araçás	20,22	Itabela	(24,84)
Queimadas	15,09	Coração de Maria	(20,27)
Mãde de Deus	13,73	Andaraí	(19,14)
Cordeiros	11,07	Souto Soares	(19,10)
Valente	9,22	Sobradinho	(17,00)
Feira da Mata	9,18	Senhor do Bonfim	(14,68)
Biringina	8,51	Ribeira do Pombal	(14,33)
Jaborandi	8,25	Ipirá	(13,57)
Itiruçu	8,15	Jussara	(12,66)
Maragogipe	8,06	Nova Redenção	(12,42)
Aporá	7,76	Irará	(12,34)
Santana	7,63	Central	(12,20)
Saubara	7,50	Nova Viçosa	(12,09)
Rio Real	7,34	Conceição do Almeida	(12,03)
Nilo Peçanha	7,28	Tremedal	(11,90)
Paripiranga	7,12	Amargosa	(11,78)
Licínio de Almeida	6,95	Candiba	(11,77)
Cairu	6,65	Riachão do Jacuípe	(11,57)
Paratinga	6,20	Ponto Novo	(11,51)
Uauá	5,90	Belo Campo	(11,43)

Fonte: MINFAZ/STN e TCM

Elaboração: SEI.

Se comparados com o exercício de 2000, podemos assinalar que as contas dos municípios baianos sofreram uma deterioração nos anos de 2001 e 2002, resultados que atribuímos às despesas das obrigações com os encargos da dívida pública, aliadas à manutenção dos índices de comprometimento das receitas com as despesas de pessoal.

Esta realidade difere parcialmente dos números do conjunto dos municípios brasileiros que indicaram declínio do número de municípios deficitários — 55,5% em 1998, 41,5%

em 2000 e 31,5% em 2001 — só havendo reversão do quadro em 2002, quando o percentual avançou para 44,0%.

No caso do Estado da Bahia, os percentuais de municípios deficitários foram reduzidos de 65,79% em 1998 para 26,26% em 2000, passando a registrar alta já em 2001 com 57,07%, mantendo praticamente a mesma posição em 2002 com 56,11%.

Na região Nordeste, o índice de municípios deficitários alcançou o percentual de 50,9% em 2002, pouco abaixo da realidade baiana.

RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINANCEIROS DAS REGIÕES ECONÔMICAS

Tomando como parâmetro os resultados financeiros consolidados dos municípios em 2001 e 2002 — déficits de participação no total das receitas realizadas em 0,26% e 0,72%, respectivamente — apenas as regiões econômicas RMS, Litoral Norte e Oeste apresentaram resultados melhores. Em situação oposta, as Regiões de Paraguaçu, Baixo Médio do São Francisco e da Chapada Diamantina tiveram performances negativas acima da média do Estado.